

Negociação tem cinco questões pendentes

Brasília — O Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, na exposição sobre a política econômica, que fez aos governadores, revelou que são cinco os pontos ainda em aberto nas negociações com o FMI, que precisam ser resolvidos antes da assinatura de um novo acordo sobre a dívida externa.

Citou o montante dos adiantamentos durante o período da consolidação da dívida; o esquema de amortizações; aspectos do mecanismo de reempréstimo; a cláusula da "inadimplência cruzada"; e os procedimentos para acompanhamento do desempenho da economia brasileira.

O primeiro ponto, em outras palavras, significa que o Governo não aceita que o FMI imponha cláusula proibindo novos empréstimos durante o tempo da vigência do acordo. O Presidente José Sarney quer que isso seja mantido em aberto, para que possa solicitar novos recursos, se julgar necessário, depois de 1985.

A questão das amortizações, diz respeito a uma pretensão do Governo: prorrogar o esquema em vigor — que se encerra no dia 31 de agosto —, para que o país continue a pagar só os juros do principal da dívida.

Quanto ao mecanismo de reempréstimos, a reivindicação é o fim da exigência dos bancos estrangeiros, de vincular seus empréstimos a projetos específicos. O Presidente José Sarney, segundo assessores do Palácio do Planalto, não abre mão desse ponto, porque considera que o emprego dos recursos tomados no exterior é matéria de competência exclusiva do Governo brasileiro.

A inadimplência cruzada, aceita pelo Governo anterior, define que se o Brasil ficar inadimplente com qualquer um de seus credores, este tem o direito de comunicar aos demais o fato e os 700 bancos credores, em bloco, podem romper o acordo. Este é, também, um ponto considerado inaceitável.

Sobre os procedimentos para acompanhamento do desempenho da economia, a frequência das auditorias feitas pelo FMI é considerada inaceitável. Os ex-Ministros Delfim Netto e Ernane Galvêas, no final do Governo Figueiredo, aceitaram esse acompanhamento até o ano 2.000, em troca de um acordo plurianual para o reescalonamento do pagamento da dívida externa.

Agora, o Governo pretende que se mantenha o reescalonamento plurianual da dívida de 45 bilhões de dólares que vence até 1991, mas sem os esquemas de monitoramento abusivos.